ANEXO II

Lista de verificação do reconhecimento de dívida

A lista deve ser preenchida pela área técnica e conferida pela Controladoria-Geral do Município.

Assinale a coluna adequada e indique a folha ou o evento do processo que comprova o requisito. Havendo resposta negativa, registre no campo de observações a consequência adotada, que pode ser a devolução para complementação da instrução, o impedimento da continuidade, a exigência de parecer jurídico específico ou outra providência.

Item	Requisito	Sim	Não	Folha
1	A dívida está prescrita, total ou parcialmente. O prazo é de cinco anos contados da entrega do bem ou da conclusão do serviço, com contagem individualizada em prestações sucessivas.			
2	Há relatório circunstanciado do setor requisitante com a narrativa cronológica dos fatos.			
3	Há atesto do agente público comprovando a entrega dos bens ou a prestação dos serviços, com identificação e matrícula.			
4	Há contrato administrativo anterior, ainda que vencido.			
4.1	Havendo contrato, ele foi juntado integralmente ao processo, com aditivos.			
5	As notas fiscais e demais documentos de cobrança foram juntados.			
6	A autoridade competente justificou a necessidade e a essencialidade do objeto fornecido sem cobertura contratual.			
7	Foi realizada pesquisa de preços referente ao período da prestação, com no mínimo três fontes.			

Item	Requisito	Sim	Não	Folha
8	O valor solicitado é compatível com os preços de mercado. Se superior, houve negociação documentada.			
9	Há memorial de cálculo discriminando principal, correção monetária e juros, com índices e termos iniciais.			
10	O gestor manifestou-se de forma fundamentada sobre a boa-fé do fornecedor.			
11	Há certidão de inexistência de pagamento anterior pelo mesmo objeto.			
12	Há certidão de inexistência de discussão judicial sobre o crédito.			
13	Há indicação de dotação orçamentária, reserva e fonte de recursos.			
14	Há declarações de adequação orçamentária e financeira exigidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.			
15	Tratando-se de exercício encerrado, foi observado o regime de despesas de exercícios anteriores.			
16	Há documento que comprove as medidas adotadas para regularização definitiva ou emergencial.			
17	Houve ocorrência semelhante no mesmo órgão nos últimos vinte e quatro meses.			
18	Há indícios de negligência, imprevidência ou falha de planejamento.			
18.1	Havendo indícios, a autoridade competente determinou a abertura de procedimento apuratório.			

Item	Requisito	Sim	Não	Folha
19	A autoridade que autorizou o ato detém competência para celebrar o contrato correspondente.			
20	A minuta do Termo de Reconhecimento de Dívida contém a cláusula de quitação integral.			

Observações.

_____

Local e data. _____

Nome do servidor, cargo ou função e matrícula.

ANEXO III

Modelo de requerimento do credor

Ao Excelentíssimo Senhor Secretário Municipal de _____ do Município de Sidrolândia, Estado de Mato Grosso do Sul.

_____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, neste ato representada por _____, portador do CPF nº _____, vem respeitosamente requerer a instauração de processo administrativo de reconhecimento de dívida, com fundamento no artigo 149 da Lei nº 14.133/2021, pelas razões a seguir expostas.

1. Do objeto fornecido. A requerente forneceu à Administração Municipal os bens ou serviços discriminados nas notas fiscais em anexo, consistentes em _____, no período compreendido entre ____/____/_____ e ____/____/_____, no local _____.

2. Da solicitação da Administração. A prestação decorreu de solicitação formulada por _____, ocupante do cargo ou função de _____, na data de ____/____/_____, pelo meio _____.

3. Da ausência de cobertura contratual. A requerente informa que a prestação ocorreu sem instrumento contratual vigente, na seguinte circunstância _____.

4. Do valor pretendido. O valor total pretendido é de R$ _____ (_____), conforme memorial de cálculo anexo, assim discriminado. Principal, R$ _____. Correção monetária, R$ _____. Juros, R$ _____.

5. Das declarações. A requerente declara, sob as penas da lei, que não recebeu qualquer pagamento, ainda que parcial, pelo objeto ora cobrado, que o crédito não é objeto de discussão judicial, que atuou de boa-fé e que os valores englobam a totalidade dos custos relacionados ao objeto.

6. Dos documentos anexos. Contrato social e alterações, documento de identificação do representante legal, notas fiscais, comprovantes de entrega ou de execução, dados bancários e demais documentos pertinentes.

Nesses termos, pede deferimento.

Local e data. _____

Assinatura do representante legal.

ANEXO IV

Modelo de comunicação interna de deflagração de ofício

COMUNICAÇÃO INTERNA N. _____/_____

De _____, Setor _____.

Para _____, Secretário Municipal de _____.

Assunto. Notícia de despesa realizada sem cobertura contratual e solicitação de instauração de processo de reconhecimento de dívida.

Senhor Secretário, comunico a Vossa Senhoria que foi identificada a ocorrência de fornecimento de bens ou prestação de serviços sem a devida cobertura contratual, nos termos a seguir.

1. Fornecedor _____, CNPJ nº _____.

2. Objeto _____.

3. Período da prestação, de ____/____/_____ a ____/____/_____.

4. Valor estimado, R$ _____.

5. Contrato anterior, se houver, nº _____/_____, com vigência até ____/____/_____, e motivo da não prorrogação _____.

6. Circunstâncias que conduziram à prestação sem formalização _____.

7. Providências já adotadas para a regularização _____.

Diante do exposto, solicito a instauração de processo administrativo próprio de reconhecimento de dívida, com a subsequente remessa à Procuradoria-Geral do Município, bem como a avaliação quanto à necessidade de instauração de procedimento apuratório.

Local e data. _____

Nome, cargo ou função e matrícula.

ANEXO V

MODELO DE RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

> *Orientação geral. Este modelo destina-se à unidade requisitante e reproduz, na ordem, os elementos exigidos para a instrução do processo. Os campos em destaque devem ser integralmente preenchidos. Nenhum tópico pode ser suprimido. Sendo negativa a resposta, consigne expressamente a negativa e a respectiva justificativa, jamais deixando o item em branco. Toda afirmação deve remeter à folha ou ao evento do processo em que se encontra o documento comprobatório.*

Identificação

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO Nº _____/_____

Processo administrativo nº _____/_____

Unidade requisitante _____

Credor _____, CNPJ nº _____

Valor total pretendido R$ _____ (_____)

O(A) _____, ocupante do cargo ou função de _____, matrícula nº _____, no exercício das atribuições da unidade requisitante e em atendimento ao disposto no artigo 149 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, apresenta o presente relatório circunstanciado, destinado a instruir o processo administrativo de reconhecimento de dívida em epígrafe, nos termos a seguir expostos.

1. do Objeto Entregue ou Executado

A unidade requisitante recebeu de _____ o seguinte objeto, consistente em _____, executado ou entregue no período compreendido entre ____/____/_____ e ____/____/_____, no local _____, conforme documentação anexa.

Item	Descrição do bem ou serviço	Unid.	Qtd.	Valor unitário	Valor total
1				R$	R$
2				R$	R$

Item	Descrição do bem ou serviço	Unid.	Qtd.	Valor unitário	Valor total
3				R$	R$
	TOTAL GERAL				R$

Tratando-se de fornecimento de bens, registra-se que a entrega ocorreu em _____, tendo a fiscalização sido realizada por _____ mediante _____. Tratando-se de prestação de serviços, registra-se que o serviço consistiu em _____, executado na forma _____, com os seguintes componentes de custo _____, e fiscalizado por _____ mediante _____.

> *Preencha apenas o período pertinente ao caso e exclua o trecho remanescente. A descrição deve permitir a identificação individualizada do que foi recebido, vedadas expressões genéricas como "serviços diversos" ou "materiais em geral".*

2. da Cronologia dos Fatos

Os fatos que conduziram à prestação sem cobertura contratual desenvolveram-se na seguinte ordem cronológica.

Data	Fato ou ato praticado	Documento (fl. ou evento)	Agente envolvido

Em síntese, a prestação ocorreu sem a devida cobertura contratual porque _____.

_____, circunstância que se encontra demonstrada pelos documentos de fls. ou eventos _____.

> *A narrativa deve permitir a compreensão integral do encadeamento dos fatos por terceiro que não tenha acompanhado a situação, desde o esgotamento da cobertura contratual ou a inexistência de contrato até a entrega efetiva do objeto.*

3. da Origem da Solicitação

A prestação decorreu de solicitação formulada por _____, ocupante do cargo ou função de _____, matrícula nº _____, na data de ____/____/_____, por meio de _____, conforme documento de fl. ou evento _____.

Na ocasião, o fundamento invocado para a solicitação foi _____ _____.

> *Não sendo possível identificar documentalmente o agente solicitante, consigne expressamente essa circunstância, descreva as diligências realizadas para a identificação e informe o resultado obtido, elemento indispensável ao procedimento de apuração de responsabilidade.*

4. do Contrato Anterior

Assinale a situação aplicável e complete os campos correspondentes.

( ) Não havia contrato administrativo anterior relativo ao objeto, tendo a prestação ocorrido sem licitação, sem processo formal de contratação direta e sem instrumento escrito.

( ) Havia contrato administrativo anterior, adiante identificado, cuja vigência se encerrou antes da prestação ora relatada.

Elemento	Informação
Número do contrato e do processo de origem	
Objeto	
Vigência inicial e final, com aditivos	
Valor global e saldo remanescente	

Elemento	Informação
Fiscal e gestor designados	
Motivo da não prorrogação	
Folha ou evento da cópia integral juntada	

Registra-se que a cópia integral do contrato, de seus termos aditivos e apostilamentos foi juntada aos autos às fls. ou eventos _____.

5. da Necessidade e da Essencialidade do Objeto

O objeto é necessário e essencial à continuidade da atividade administrativa desenvolvida por esta unidade, uma vez que _____ _____.

A interrupção do fornecimento ou da prestação acarretaria os seguintes prejuízos concretos ao interesse público _____ _____, atingindo diretamente _____ e comprometendo _____.

Não havia, à época, alternativa administrativamente viável para o atendimento da demanda, pelas razões seguintes _____ _____.

> *A demonstração deve ser concreta, com indicação de quantitativos, prazos, número de pessoas atendidas ou serviços afetados. Não se admite justificativa genérica fundada apenas na conveniência administrativa ou na simples afirmação de urgência.*

6. da Escolha do Fornecedor e do Quantitativo

A escolha de _____ deu-se pelas seguintes razões _____ _____, observados os princípios da impessoalidade e da moralidade administrativa.

Foram consultados os seguintes fornecedores _____, tendo a escolha recaído sobre o acima

indicado em razão de _____. Não tendo sido possível a consulta a outros fornecedores, registra-se que _____.

O quantitativo corresponde fielmente à real demanda da Administração, apurado com base em _____, sem excesso em relação à necessidade efetivamente verificada, conforme demonstrativo de fl. ou evento _____.

7. do Atesto da Efetiva e Adequada Execução

ATESTO, para os fins do artigo 149 da Lei nº 14.133, de 2021, e sob as penas da lei, que o objeto descrito no item 1 deste relatório foi efetiva e adequadamente entregue ou executado, em conformidade com os padrões técnicos e de qualidade exigidos, atendendo à necessidade da Administração, e que os documentos fiscais apresentados correspondem ao que foi efetivamente recebido.

O recebimento foi verificado por meio de _____, nos dias ____/____/_____ a ____/____/_____, não tendo sido identificada _____.

_____

Nome do servidor responsável pelo recebimento

Cargo ou função _____, matrícula nº _____

Data ____/____/_____

> *O atesto é ato pessoal e indelegável do servidor que acompanhou o recebimento, não podendo ser firmado por quem não tenha presenciado a entrega ou a execução. A ausência de identificação, matrícula e data invalida o documento para fins de liquidação da despesa.*

8. da Ocorrência de Casos Semelhantes

Quanto à ocorrência de situações semelhantes nesta unidade nos vinte e quatro meses anteriores à data deste relatório, informa-se o seguinte.

( ) Não houve, no período, outro caso de fornecimento de bens ou de prestação de serviços sem cobertura contratual nesta unidade requisitante.

( ) Houve, no período, os casos adiante relacionados.

Processo nº	Credor	Objeto	Período	Valor
				R$
				R$
				R$

Havendo reiteração, esclarece-se que as causas comuns aos casos relacionados são _____ _____ e que as providências estruturais adotadas para evitar a repetição foram _____.

> *A informação é obrigatória ainda que negativa, pois a reiteração descaracteriza a excepcionalidade da medida, agrava a responsabilidade do gestor e impede a aplicação de parecer referencial.*

9. das Medidas de Regularização

Para a regularização definitiva ou emergencial da contratação, foram adotadas as seguintes providências.

Providência adotada	Data	Situação atual	Fl. ou evento

A previsão para a conclusão da regularização definitiva é ____/____/_____, ficando o fornecimento assegurado nesse intervalo por meio de _____.

Não tendo sido adotada qualquer providência até a presente data, esclarece-se que _____ _____, comprometendo-se esta unidade a deflagrar o procedimento cabível no prazo de _____ dias.

10. da Boa-fé do Fornecedor

MANIFESTO-ME, de forma fundamentada, no sentido de que o fornecedor atuou de boa-fé, pelas razões seguintes. O fornecedor atendeu a solicitação formulada por agente público da Administração, executou integralmente a prestação de forma satisfatória, apresentou documentação fiscal regular e não concorreu, por ação ou omissão, para a ausência de formalização do ajuste, cuja providência competia exclusivamente à Administração.

Não foram identificados indícios de conluio, de fraude documental ou de participação do particular na burla ao dever de licitar. Acresce que _____ _____.

Havendo indício em sentido contrário, registra-se que _____ _____, razão pela qual se submete a questão à autoridade competente para a devida apuração.

> *Verificada a má-fé do particular ou a sua concorrência para a irregularidade, a indenização fica limitada ao custo básico do bem ou do serviço, sem margem de lucro, o que exige apuração específica e manifestação técnica própria.*

11. da Conclusão e do Encaminhamento

Diante do exposto, esta unidade requisitante conclui que o objeto foi efetivamente entregue ou executado, que a Administração dele se beneficiou, que o fornecedor atuou de boa-fé e que estão presentes os elementos que autorizam o processamento do reconhecimento de dívida, no valor de R$ _____ (_____).

Registra-se, ainda, que a prestação decorreu de _____ e que há indícios de negligência, imprevidência ou falha de planejamento imputáveis a _____, o que se informa para os fins do artigo 149, parte final, da Lei nº 14.133, de 2021. Não havendo tais indícios, consigna-se expressamente a sua inexistência e as razões correspondentes _____.

Encaminhem-se os autos ao setor de compras, para pesquisa de preços e apuração do valor devido, e, na sequência, à Secretaria Municipal de Finanças, à Controladoria-Geral do Município e à Procuradoria-Geral do Município, na forma do fluxo estabelecido nesta Nota Técnica.

Sidrolândia, Estado de Mato Grosso do Sul, _____ de _____ de _____

Nome do titular da unidade requisitante

Cargo ou função _____, matrícula nº _____

ANEXO VI

Modelo de despacho de autorização

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. _____/_____

INTERESSADO _____

ASSUNTO. Reconhecimento de dívida. Artigo 149 da Lei nº 14.133/2021.

Vistos os autos, e considerando o relatório circunstanciado do setor requisitante, o atesto da efetiva execução, a pesquisa de preços realizada, a certidão de inexistência de pagamento anterior, a indicação de dotação orçamentária, a manifestação da Controladoria-Geral do Município e o parecer jurídico da Procuradoria-Geral do Município, todos constantes dos autos, DECIDO.

1. RECONHECER a dívida do Município de Sidrolândia perante _____, CNPJ nº _____, no valor de R$ _____ (_____), decorrente de _____, prestado no período de ____/____/_____ a ____/____/_____, sem a devida cobertura contratual, com fundamento no artigo 149 da Lei nº 14.133/2021 e no artigo 884 do Código Civil.

2. ACOLHER as manifestações técnica e jurídica constantes dos autos, com as seguintes ressalvas _____.

3. AUTORIZAR a formalização do Termo de Reconhecimento de Dívida, a emissão da nota de empenho à conta da dotação orçamentária _____, fonte de recursos _____, a liquidação e o pagamento, condicionado o desembolso à assinatura do termo e à apresentação do termo de quitação.

4. DETERMINAR a instauração de procedimento administrativo para apuração da responsabilidade de quem deu causa à despesa sem cobertura contratual, nos termos do artigo 149, parte final, da Lei nº 14.133/2021, com autuação de processo autônomo e designação de comissão por portaria.

5. DETERMINAR ao setor competente a adoção das providências necessárias à regularização definitiva da contratação, mediante _____, no prazo de _____ dias.

6. DETERMINAR a publicação do extrato do termo e a sua disponibilização no sítio eletrônico oficial.

7. ENCAMINHAR cópia integral dos autos à Controladoria-Geral do Município para registro e monitoramento.

Local e data. _____

Nome, cargo e matrícula da autoridade competente.

ANEXO VII

Minuta de Termo de Reconhecimento de Dívida

TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA N. _____/_____, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SIDROLÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, E _____.

O MUNICÍPIO DE SIDROLÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, por intermédio da Secretaria Municipal de _____, neste ato representado por _____, matrícula funcional nº _____, doravante denominado DEVEDOR, e _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, neste ato representada por _____, doravante denominada CREDORA, resolvem celebrar o presente Termo de Reconhecimento de Dívida, com fundamento no artigo 149 da Lei nº 14.133/2021 e no processo administrativo nº _____/_____, mediante as cláusulas seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA. DO OBJETO.

O presente termo tem por objeto o reconhecimento, pelo DEVEDOR, da obrigação de indenizar a CREDORA pelo fornecimento de bens ou pela prestação de serviços realizados sem a devida cobertura contratual, consistentes em _____, executados no período de ____/____/_____ a ____/____/_____, documentados pelas notas fiscais nº _____.

Parágrafo primeiro. A situação enquadra-se na seguinte hipótese, a ser assinalada. Fornecimento após o encerramento da vigência do Contrato nº _____/_____. Fornecimento sem licitação, sem processo de contratação direta e sem contrato escrito. Outra hipótese _____.

Parágrafo segundo. O presente termo possui natureza exclusivamente indenizatória, não constitui contrato administrativo, não gera obrigações futuras e não autoriza novas prestações.

CLÁUSULA SEGUNDA. DO VALOR.

O valor total reconhecido é de R$ _____ (_____), assim discriminado. Valor principal, R$ _____. Correção monetária, R$ _____, apurada pelo índice _____, a partir de ____/____/_____. Juros, R$ _____, apurados na forma _____, a partir de ____/____/_____.

Parágrafo único. O valor foi apurado com base na pesquisa de preços constante dos autos e corresponde ao praticado no mercado à época da prestação.

CLÁUSULA TERCEIRA. DO PAGAMENTO.

O pagamento será efetuado no prazo de _____ (_____) dias, contados da última assinatura deste instrumento, mediante depósito em conta bancária de titularidade

da CREDORA, Banco _____, agência nº _____, conta corrente nº _____, observada a ordem cronológica de exigibilidade.

CLÁUSULA QUARTA. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

A despesa correrá à conta da dotação orçamentária _____, natureza da despesa _____, fonte de recursos _____, conforme reserva constante dos autos.

CLÁUSULA QUINTA. DAS DECLARAÇÕES DA CREDORA.

A CREDORA declara, sob as penas da lei, que os valores ora reconhecidos englobam a totalidade dos custos relacionados ao objeto indenizado, que inexistem outros débitos do DEVEDOR quanto ao mesmo objeto, que o crédito não é objeto de discussão judicial e que não recebeu qualquer pagamento anterior, ainda que parcial, pelo mesmo objeto.

CLÁUSULA SEXTA. DA QUITAÇÃO.

Efetuado o pagamento previsto na cláusula terceira, a CREDORA dará ao DEVEDOR quitação ampla, geral, irrevogável e irretratável quanto ao objeto indenizado, renunciando expressamente a qualquer cobrança administrativa ou judicial a ele relativa, seja a que título for.

CLÁUSULA SÉTIMA. DA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE.

A celebração deste termo não convalida a irregularidade que lhe deu origem, nem exclui a apuração da responsabilidade dos agentes públicos e particulares que tenham concorrido para a realização da despesa sem cobertura contratual, na forma do artigo 149, parte final, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA. DA PUBLICIDADE E DA EFICÁCIA.

A eficácia deste instrumento fica condicionada à publicação do seu extrato no órgão oficial de imprensa do Município, incumbindo ao DEVEDOR providenciá-la no prazo legal.

CLÁUSULA NONA. DA SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E DO FORO.

As controvérsias decorrentes deste instrumento serão preferencialmente solucionadas na via administrativa. Não sendo possível a composição, fica eleito o foro da Comarca de Sidrolândia, Estado de Mato Grosso do Sul, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Sidrolândia, Estado de Mato Grosso do Sul, _____ de _____ de _____.

MUNICÍPIO DE SIDROLÂNDIA

Autoridade competente, cargo e matrícula.

CREDORA

Representante legal.

TESTEMUNHAS

Nome _____, CPF nº _____.

Nome _____, CPF nº _____.

ANEXO VIII

Modelo de termo de quitação

_____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº _____, neste ato representada por _____, DECLARA ter recebido do Município de Sidrolândia, Estado de Mato Grosso do Sul, a importância de R$ _____ (_____), creditada em ____/____/_____, referente ao Termo de Reconhecimento de Dívida nº _____/_____, processo administrativo nº _____/_____.

DECLARA, ainda, que o pagamento corresponde à integralidade do crédito reconhecido, motivo pelo qual dá ao Município de Sidrolândia quitação ampla, geral, irrevogável e irretratável quanto ao objeto indenizado, com eficácia administrativa e judicial, renunciando expressamente a qualquer cobrança futura a ele relativa, seja a que título for.

Local e data. _____

Assinatura do representante legal.

ANEXO IX

Modelo de portaria de instauração de procedimento apuratório

PORTARIA N. _____/_____

Institui comissão para apuração dos fatos que deram causa à realização de despesa sem cobertura contratual e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SIDROLÂNDIA, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e considerando o disposto no artigo 149, parte final, da Lei nº 14.133/2021, na Orientação Normativa AGU nº 4/2009 e no processo administrativo nº _____/_____, RESOLVE.

Art. 1º Fica instituída comissão para apurar os fatos que deram causa à realização de despesa sem cobertura contratual, no âmbito da Secretaria Municipal de _____, referente ao fornecimento de bens ou à prestação de serviços por _____, no período de ____/____/_____ a ____/____/_____.

Art. 2º A comissão será composta pelos seguintes servidores efetivos e estáveis. _____, matrícula nº _____, na condição de presidente. _____, matrícula nº _____, na condição de membro. _____, matrícula nº _____, na condição de membro e secretário.

Art. 3º Compete à comissão apurar a existência de negligência, imprevidência ou falha de planejamento na não prorrogação tempestiva do contrato, na não deflagração tempestiva de nova contratação ou na autorização da prestação sem cobertura contratual, identificar os agentes responsáveis, verificar a ocorrência de dano ao erário e a sua eventual quantificação, e propor as providências cabíveis.

Art. 4º A comissão terá o prazo de trinta dias, contados da publicação desta Portaria, para conclusão dos trabalhos e apresentação de relatório final conclusivo, prorrogável uma única vez por igual período, mediante justificativa.

Art. 5º Ficam assegurados aos investigados o contraditório e a ampla defesa, na forma do estatuto dos servidores públicos municipais e da legislação aplicável.

Art. 6º Os órgãos e as unidades da Administração Municipal prestarão à comissão o apoio necessário ao desempenho de suas atribuições, franqueando o acesso a documentos e sistemas.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sidrolândia, Estado de Mato Grosso do Sul, _____ de _____ de _____.